



# ANALISTA LEGISLATIVO PROCESSO LEGISLATIVO

Tipo 2 - VERDE



## SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo para transcrição da prova discursiva



## TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de prova**.



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!



## Língua Portuguesa

### Texto 1.

#### Observação

Vivemos tão apressados que estamos perdendo a habilidade de observar detalhadamente o que nos cerca. Por outro lado, somos tão bombardeados por imagens e por estímulos visuais que, para nos proteger do excesso, aprendemos a não perceber o que está em volta, aprendemos a nos proteger. Por isso, a propaganda fica cada vez mais agressiva. Os produtos precisam, a qualquer custo, chamar a atenção do possível comprador, até que sejamos capazes de “ver sem olhar”. Ou seja, mesmo sem estarmos interessados, não podemos escapar de perceber uma imagem de propaganda.

Isso nos tem levado à autoproteção ou a uma atitude passiva, já que não é preciso fazer nenhum esforço, pois a propaganda e as imagens se encarregam de nos invadir.

Entretanto, para apreciar a arte e saber ler imagens, uma primeira habilidade que precisamos renovar, estimular e desenvolver é a observação. Ela deve deixar de ser passiva para tornar-se ativa, voluntária: observo o que quero, porque quero, como quero, da forma que quero, quando quero observar.

Se pedirmos a um amigo que descreva alguém, ele pode dizer genericamente: *alto, magro, de meia-idade*: ou então ser bem específico: *tem aproximadamente 1 metro e oitenta, é magro, está vestido com uma calça azul, camisa branca, tênis, jaqueta de couro marrom, tem cabelos escuros, encaracolados, curtos, olhos azuis, usa costeletas, tem um sinal escuro do lado direito do rosto e cerca de 40 anos*.

Essa segunda descrição é mais detalhada e demonstra mais observação. Naturalmente, se eu estiver procurando tal pessoa, a partir dessa descrição detalhada, posso encontrá-la com mais facilidade.

OLIVEIRA, J. e GARCEZ, L. *Explicando a Arte*. Ed. Nova Fronteira. 2001.

### 1

“Ela deve deixar de ser passiva para tornar-se ativa”; a relação de oposição entre as duas palavras sublinhadas se repete em

- (A) cuidadosa / displicente.
- (B) demorada / lenta.
- (C) superficial / desimportante.
- (D) afetiva / sentimental.
- (E) produtiva / reprodutiva.

### 2

Assinale a opção que apresenta o segmento do texto em que a inclusão, a mudança de posição ou a retirada de uma vírgula altera o sentido do texto.

- (A) “Por outro lado, somos tão bombardeados por imagens...” / Por outro lado somos tão bombardeados por imagens.
- (B) “Por isso, a propaganda fica cada vez mais agressiva.” / Por isso a propaganda fica cada vez mais agressiva.
- (C) “Por isso, a propaganda fica cada vez mais agressiva.” / Por isso a propaganda fica cada vez mais, agressiva.
- (D) “Vivemos tão apressados que estamos perdendo a habilidade de observar ...” / Vivemos tão apressados, que estamos perdendo a habilidade de observar.
- (E) “...a habilidade de observar detalhadamente o que nos cerca.” / a habilidade de observar, detalhadamente, o que nos cerca.

### 3

Em todas as opções a seguir foram sublinhadas orações. Indique aquela que tem seu valor semântico corretamente indicado.

- (A) “Vivemos tão apressados que estamos perdendo a habilidade de observar detalhadamente o que nos cerca.” / consequência.
- (B) “Por outro lado, somos tão bombardeados por imagens e por estímulos visuais que, para nos protegermos do excesso, aprendemos a não perceber muito o que está em volta, ...” / explicação.
- (C) “Por isso a propaganda fica cada vez mais agressiva.” / conclusão.
- (D) “Os produtos precisam, a qualquer custo, chamar a atenção do possível comprador, até que sejamos capazes de ‘ver sem olhar’.” / proporção.
- (E) “Ou seja, mesmo sem estarmos interessados, não podemos escapar de perceber uma imagem de propaganda.” / causa.

### 4

Segundo o texto, a propaganda se torna mais agressiva porque

- (A) deve intensificar o bombardeio sobre os consumidores.
- (B) procura opor-se à autoproteção dos clientes.
- (C) pretende vender os produtos anunciados.
- (D) deseja sobrepor-se aos concorrentes.
- (E) tenta chegar ao público-alvo ideal.

### 5

O penúltimo parágrafo do texto traz exemplos de textos descritivos. A característica determinante desse modo de organização textual é

- (A) o fornecimento de informações.
- (B) a apresentação de diferentes pontos de vista.
- (C) o relato de fatos em sucessão cronológica.
- (D) a tentativa de convencimento do leitor.
- (E) a indicação de dados de um objetivo.

**6**

“Por outro lado, somos tão bombardeados por imagens e por estímulos visuais que, para nos proteger do excesso, aprendemos a não perceber o que está em volta, aprendemos a nos proteger. Por isso, a propaganda fica cada vez mais agressiva. Os produtos precisam, a qualquer custo, chamar a atenção do possível comprador, até que sejamos capazes de ‘ver sem olhar’. Ou seja, mesmo sem estarmos interessados, não podemos escapar de perceber uma imagem de propaganda”.

Esse segmento do texto nos mostra um conjunto de características do texto publicitário. A característica que não está presente nesse segmento é a de que o texto publicitário deve

- (A) dirigir-se ao comprador potencial do produto anunciado.
- (B) produzir mensagens subliminares.
- (C) convencer os compradores a adquirirem o produto.
- (D) criar interesse pelos produtos indicados.
- (E) mudar a ideologia social dos clientes.

**7**

“Essa segunda descrição é mais detalhada e demonstra mais observação. Naturalmente, se eu estiver procurando tal pessoa, a partir dessa descrição detalhada, posso encontrá-la com mais facilidade.”

Nesse parágrafo do texto há três ocorrências do vocábulo mais. Sobre essas ocorrências, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os três vocábulos pertencem a três classes diferentes.
- (B) Os três vocábulos pertencem à mesma classe gramatical.
- (C) As duas últimas ocorrências documentam a classe dos pronomes.
- (D) As duas primeiras ocorrências documentam a classe dos advérbios.
- (E) A segunda ocorrência documenta uma classe gramatical diferente das demais.

**8**

Uma das classes de palavras mais frequentes em descrições é a dos adjetivos que podem indicar estados, características, qualidades ou relações.

Os adjetivos predominantes nos segmentos descritivos são os indicadores de

- (A) qualidade.
- (B) estado.
- (C) traço psicológico.
- (D) característica.
- (E) relação.

**9**

“Ela deve deixar de ser passiva para tornar-se ativa, voluntária: observo o que quero, porque quero, como quero, da forma que quero, quando quero observar.”

O trecho acima fala de vários aspectos da observação; assinale a opção que apresenta o aspecto cujo valor semântico está explicitado erradamente.

- (A) “o que quero” / o objetivo.
- (B) “porque quero” / a explicação.
- (C) “como quero” / o meio.
- (D) “da forma que quero” / o modo.
- (E) “quando quero observar” / o tempo.

**10**

Assinale a opção que indica o objetivo principal do texto.

- (A) Valorizar a arte em nossa vida cotidiana.
- (B) Ensinar como escapar da propaganda enganosa.
- (C) Explicar o meio de funcionamento da publicidade.
- (D) Destacar a importância da observação das imagens.
- (E) Fazer com que a propaganda seja mais bem considerada.

**11**

“Os produtos precisam, a qualquer custo, chamar a atenção do possível comprador, até que sejamos capazes de ‘ver sem olhar’.”

O segmento ‘ver sem olhar’ mostra

- (A) um erro gramatical.
- (B) uma incoerência lógica.
- (C) uma expressão popular.
- (D) uma citação intertextual.
- (E) uma repetição desnecessária.

**12**

“Essa segunda descrição é mais detalhada e demonstra mais observação. Naturalmente, se eu estiver procurando tal pessoa, a partir dessa descrição detalhada, posso encontrá-la com mais facilidade.”

Assinale o termo desse fragmento do texto que não estabelece qualquer ligação coesiva com um termo antecedente.

- (A) Essa segunda descrição.
- (B) tal pessoa.
- (C) dessa descrição detalhada.
- (D) la.
- (E) mais facilidade.

**13**

“Entretanto, para apreciar a arte e saber ler imagens, uma primeira habilidade que precisamos renovar, estimular e desenvolver é a observação.”

Se transformarmos as orações reduzidas sublinhadas em orações desenvolvidas, as formas adequadas serão:

- (A) para que apreciemos a arte e saibamos ler imagens.
- (B) para que apreciássemos a arte e soubéssemos ler imagens.
- (C) para que tivéssemos apreciado a arte e sabermos ler imagens.
- (D) para a apreciação da arte e a sabedoria de ler imagens.
- (E) Para apreciarmos a arte e sabermos ler imagens.

**14**

Em todos os segmentos a seguir, retirados do texto 1, há um conector sublinhado.

Indique o substituto correto dentre os que são indicados, supondo-se adaptações das frases.

- (A) “Por outro lado, somos tão bombardeados por imagens ...” / Assim.
- (B) “...para nos proteger do excesso” / apesar de.
- (C) “Por isso, a propaganda fica cada vez mais agressiva” / Visto que.
- (D) “mesmo sem estarmos interessados” / embora.
- (E) “já que não é preciso fazer nenhum esforço” / logo.

## Raciocínio Lógico

15

Pedro e Paulo possuem, respectivamente, R\$ 2.546,00 e R\$ 3.748,00. Para que fiquem com exatamente a mesma quantia, Paulo deve dar a Pedro

- (A) R\$ 3.147,00.
- (B) R\$ 1.202,00.
- (C) R\$ 1.198,00.
- (D) R\$ 894,00.
- (E) R\$ 601,00.

16

Em um determinado dia, uma ação da bolsa de valores desvalorizou 4%. No dia seguinte, essa mesma ação valorizou 4%. Ao final desses dois dias, em relação ao valor inicial, essa ação

- (A) não valorizou nem desvalorizou.
- (B) valorizou 0,04%.
- (C) desvalorizou 0,04%.
- (D) valorizou 0,16%.
- (E) desvalorizou 0,16%.

17

A negação lógica da sentença “Se como demais, então passo mal” é

- (A) “Se não como demais, então não passo mal”.
- (B) “Se não como demais, então passo mal”.
- (C) “Como demais e não passo mal”.
- (D) “Não como demais ou passo mal”.
- (E) “Não como demais e passo mal”.

18

Em um grupo de 10 deputados, 6 são do Partido A e 4 são do Partido B. Serão sorteados 2 desses 10 deputados, aleatoriamente.

A probabilidade de os 2 deputados sorteados serem do Partido B é

- (A)  $\frac{1}{5}$ .
- (B)  $\frac{2}{5}$ .
- (C)  $\frac{2}{3}$ .
- (D)  $\frac{2}{9}$ .
- (E)  $\frac{2}{15}$ .

19

Em uma caixa há  $N$  bolas, das quais 8% são brancas e as demais são pretas. Retiram-se da caixa certo número de bolas pretas, de tal forma que agora as bolas brancas representam 40% das bolas que estão na caixa.

O número de bolas pretas que foram retiradas da caixa representa

- (A) 80% de  $N$ .
- (B) 60% de  $N$ .
- (C) 50% de  $N$ .
- (D) 40% de  $N$ .
- (E) 32% de  $N$ .

20

O presidente e o vice-presidente de uma comissão serão escolhidos entre os 10 deputados do Partido X e os 6 deputados do Partido Y. Os Partidos acordaram que os dois cargos não poderão ser ocupados por deputados de um mesmo Partido.

O número de maneiras diferentes de se escolher o presidente e o vice-presidente dessa comissão, é

- (A) 16.
- (B) 32.
- (C) 60.
- (D) 64.
- (E) 120.

21

Considere a sentença a seguir.

“Se nasci em Rondônia ou Roraima, então sou brasileiro”.

Assinale a opção que apresenta uma sentença logicamente equivalente à sentença dada.

- (A) “Se não nasci em Rondônia nem em Roraima, então não sou brasileiro”.
- (B) “Se nasci em Rondônia, então sou brasileiro”.
- (C) “Se não nasci em Roraima, então não sou brasileiro”.
- (D) “Se não sou brasileiro, então não nasci em Rondônia nem em Roraima”.
- (E) “Se sou brasileiro e não nasci em Rondônia, então nasci em Roraima”.

22

Em uma sequência de números, para quaisquer três termos consecutivos  $x$ ,  $y$ ,  $z$  vale a relação  $z = 3y - x$ .

Se o 18º termo dessa sequência é 2 e o 20º termo é 10, então o 14º termo é

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 10.
- (D) 16.
- (E) 26.

**23**

Três analistas analisam doze processos em dois dias. Com a mesma eficiência, em quantos dias dois analistas analisarão vinte e quatro processos?

- (A) Doze.
- (B) Dez.
- (C) Oito.
- (D) Seis.
- (E) Quatro.

**24**

Os números  $x+1$ ,  $2x-1$  e  $x+5$ , nessa ordem, são os três primeiros termos de uma progressão aritmética. O quarto termo dessa progressão aritmética é

- (A) 11.
- (B) 10.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 7.

## Legislação Específica

**25**

As opções a seguir apresentam funções inseridas dentro da competência do Estado de Rondônia, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Legislar sobre o cumprimento da Constituição Estadual.
- (B) Criar, organizar e administrar os serviços do Estado.
- (C) Elaborar planos regionais de ordenação do território.
- (D) Instituir e arrecadar tributos de sua competência.
- (E) Estimular e organizar a atividade econômica.

**26**

Com relação ao Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR) dos servidores públicos do Estado de Rondônia, assinale a afirmativa correta.

- (A) O PCCR/RO está vinculado às estratégias administrativas de caráter discricionário propostas pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.
- (B) O Plano de Carreira, Cargos e Remuneração foi elaborado de forma técnica, centralizada, sendo apresentado aos servidores para a implementação respectiva.
- (C) O PCCR/RO está fundamentado em processo de reestruturação das carreiras, dos cargos e da política de remuneração implantados;
- (D) O PCCR/RO tem por diretriz estabelecer o desenvolvimento da carreira com base no tempo de serviço do servidor.
- (E) O PCCR/RO tem foco na gestão horizontal e caórdica, em que cada funcionário exercita a própria chefia, propondo e cumprindo as próprias metas.

**27**

Com relação ao sistema de gestão de desempenho do servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que esteja no exercício de cargo de provimento efetivo, analise as afirmativas a seguir.

- I. É utilizado de forma intermitente e pontual para avaliação da eficiência e eficácia do trabalho executado pelo servidor.
- II. Tem por objetivo propiciar a melhoria das relações e as condições de trabalho.
- III. É utilizado para acompanhar o desempenho funcional do servidor, sancionando eventuais falhas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

**28**

Assinale a opção que apresenta um órgão da estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

- (A) Secretaria de Imprensa.
- (B) Corregedoria do Tribunal de Contas.
- (C) Gabinete da Liderança do Governo.
- (D) Procuradoria Geral do Ministério Público.
- (E) Superintendência do Tribunal Eleitoral.

**29**

O Prefeito do Município Ômega nomeou, como Secretária de Ação Social do Município, sua cunhada, Rosa Lima. Nomeou, ainda, para a função de assessor jurídico da Prefeitura, seu sobrinho, Lionel Batista, advogado, que é funcionário efetivo da Prefeitura.

Sobre essas nomeações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambas as nomeações devem ser consideradas nulas, em função da ocorrência de nepotismo.
- (B) Ambas as nomeações são lícitas e permanecem hígidas, já que a primeira é para cargo político, de governo, e a segunda é de servidor efetivo, profissionalmente habilitado.
- (C) Deve prevalecer apenas a nomeação da cunhada, que não possui grau de parentesco com o Prefeito.
- (D) Deve prevalecer apenas a nomeação do sobrinho, já que este possui cargo efetivo e prestou concurso público.
- (E) Nenhuma das nomeações deve ser admitida, posto que atentam contra o princípio da moralidade pública.

**30**

Com relação à organização do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Regiões Metropolitanas poderão ser criadas por meio de lei ordinária, que estabelecerá a forma pela qual integrarão a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum.
- II. Lei disciplinará o procedimento por meio do qual o Estado poderá realizar a cessão de uso de bens que lhe pertençam.
- III. O Estado manterá, na forma fixada por lei complementar, um fundo de melhoria das estâncias turísticas, que forem criadas também por lei complementar, para desenvolver programas de urbanização, melhorias e proteção ambiental.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**31**

Maria de Souza prestou concurso para o cargo público de enfermeira junto à secretaria de saúde do Estado de Rondônia, tendo obtido o 4º lugar no certame. O edital mencionava haver quatro vagas, mas Maria não chegou a ser convocada, tendo expirado o prazo do certame.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Há direito de Maria de Souza à nomeação, já que foi aprovada dentro do número de vagas do edital.
- (B) Não existe direito adquirido à nomeação, por que o Estado tem o poder discricionário de nomear ou não os aprovados.
- (C) O direito de Maria é o da observância da ordem de aprovação no certame, não o de ser nomeada.
- (D) Maria tem direito à nomeação, tanto que o Estado revalide o resultado do concurso público.
- (E) O concurso perdeu validade, porque o prazo do edital expirou e Maria não pode mais ser nomeada.

**32**

As opções a seguir apresentam requisitos básicos para a investidura em cargo público no Estado de Rondônia, exceto uma. Assinale-a.

- (A) Estar em pleno gozo de seus direitos políticos.
- (B) Estar quites com suas obrigações eleitorais.
- (C) Ter idade mínima de 21 anos.
- (D) Estar quites com suas obrigações militares.
- (E) Ter nacionalidade brasileira.

**História e Geografia de Rondônia****33**

Uma parcela da rede de transportes de Rondônia integra o chamado "Arco Norte", um sistema intermodal estratégico que envolve a Bacia Amazônica brasileira e um trecho da Bacia do Paraná-Paraguai (Mato Grosso).

A respeito do Arco Norte, analise as afirmativas a seguir.

- I. O sistema intermodal do Arco Norte conecta o vale amazônico às rotas mais estruturadas do Sul e Sudeste, para aprimorar a logística de exportação para a Europa, América e Ásia.
- II. Pelas rodovias, ferrovias e hidrovias do Arco Norte são escoados principalmente grãos, carnes, derivados de madeira e minérios e são desembarcados fertilizantes e outros insumos.
- III. O corredor do Madeira conecta Porto Velho a Itacoatiara (AM), beneficiando o escoamento da produção agrícola do norte de Mato Grosso e do sudeste de Rondônia.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**34**

Entre 1907 e 1915, Cândido Rondon comandou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.

A respeito dessa iniciativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Estendeu a linha telegráfica entre Campo Grande e Santo Antônio do Madeira, superando o isolamento da região.
- (B) Contribuiu para a formação de povoados, como Marco Rondon, Cacoal, Colorado do Oeste e Rolim de Moura.
- (C) Complementou o telégrafo com rádios de poste, para maior alcance social na transmissão de informações.
- (D) Incluiu o levantamento topográfico e a demarcação de fronteiras, além de pesquisas etnográficas, linguísticas e geológicas.
- (E) Integrou os "sertões do noroeste" ao sistema produtivo nacional, abrindo linhas de escoamento para a borracha.

**35**

A respeito da colonização da Amazônia enquanto política de Estado no período da Ditadura Militar (1964-1985), relacione as iniciativas estatais, listadas a seguir, à respectiva descrição de seus objetivos.

1. SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em 1966.
  2. PIN (Programa de Integração Nacional), em 1970.
  3. PICs (Projetos Integrados de Colonização), entre 1970-75.
  4. POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia), em 1974.
- ( ) Induzir a alocação de colonos do centro-sul em lotes próximos a estradas vicinais e escolas, além de fornecer assistência em saúde, educação e orientação técnica.
- ( ) Estabelecer incentivos fiscais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais que financiassem o desenvolvimento econômico na região.
- ( ) Assentar camponeses nordestinos em lotes de 100 ha ao longo das rodovias em construção, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.
- ( ) implantar polos agrícolas regionais para incentivar a fixação populacional em áreas de mineração e de interesse estratégico.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1, 2, 3 e 4.  
 (B) 1, 3, 4 e 2.  
 (C) 2, 4, 1 e 3.  
 (D) 3, 1, 2, e 4.  
 (E) 4, 2, 3 e 1.

**36**

Sobre os tipos de vegetação presentes no Estado de Rondônia e suas áreas de ocorrência, analise as afirmativas a seguir.

- I. Floresta ombrófila aberta (floresta de transição), que ocupa a maior parte do território, principalmente a região central, norte, sul e leste.
- II. Floresta ombrófila densa (floresta amazônica), que ocupa algumas áreas na região central do território e se caracteriza por árvores de grande e médio porte, bem adensadas.
- III. Savana (cerrado/campos), que ocupa a região central do estado, marcada por árvores baixas, com troncos tortuosos de casca grossa e rugosa, e folhas duras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) I e III, apenas.  
 (D) II e III, apenas  
 (E) I, II e III.

**37**

No século XVIII, a descoberta de minas de ouro no centro-oeste da colônia portuguesa promoveu

- (A) a ocupação de zonas centrais da Capitania de Mato Grosso, em torno das missões e fazendas dos jesuítas já existentes, que serviram de apoio para o comércio local.
- (B) a imigração de portugueses e bandeirantes para a Capitania de Mato Grosso e a fundação de duas vilas, a Vila de Cuiabá e a Vila Bela da Santíssima Trindade.
- (C) a integração dos indígenas à sociedade colonial, mediante as oportunidades de trabalho nos garimpos e pelo incremento na comercialização das drogas do sertão.
- (D) a instalação de casas de fundição, para controlar a circulação de ouro e de prata na região, e a criação do Forte do Príncipe da Beira, para impedir o contrabando de metais preciosos.
- (E) a criação da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, em terras desmembradas da Capitania de Minas Gerais, oferecendo sesmarias para os colonos, a fim de favorecer sua ocupação.

**38**

*Em 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o antigo trajeto da Comissão Rondon serviu de guia para a construção da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco. Os projetos de colonização da década de 1970 e o asfaltamento da BR-364 na década de 1980 configuram um ponto de inflexão da história de Rondônia.*

Adaptado de **Rondônia: do leito do Madeira às margens da BR-364**.  
 Belo Horizonte: Instituto Bioterra, 2013.

As afirmativas a seguir identificam corretamente aspectos da "inflexão histórica" a que o texto se refere, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O ocaso da estrutura espacial até então predominante, com a população e a economia concentradas ao redor dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.
- (B) O deslocamento do eixo de importância para a BR-364, transformada em espinha dorsal do Estado, promovendo o desenvolvimento de municípios às suas margens.
- (C) O crescimento do setor industrial associado à transformação de bens primários como o látex, a cassiterita e o estanho, favorecido pelo novo modal rodoviário.
- (D) O fomento às atividades agropecuárias e o desenvolvimento de uma ocupação mais permanente da região, facilitando os fluxos migratórios.
- (E) A aceleração do processo de desmatamento da região para a agricultura, a pecuária e os projetos de colonização, gerando perda considerável da floresta primária.



**39**

Os fragmentos a seguir descrevem negociações diplomáticas ocorridas no processo de constituição da fronteira ocidental do Império português.

*I - Assegura o domínio e a soberania territorial da Coroa Portuguesa sobre as regiões americanas compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque, fixando os limites entre França e Portugal na região da Guiana.*

*II - Adota o princípio da "ocupação efetiva" e garante o controle luso de rios existentes na capitania de Mato Grosso, no vale do Guaporé, região que daria acesso, através do rio Guaporé e demais rios amazônicos, ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.*

Os fragmentos exemplificam, respectivamente, os Tratados de

- (A) Tordesilhas e Utrecht.
- (B) El Pardo e Santo Ildefonso.
- (C) Madri e El Pardo.
- (D) Santo Ildefonso e Tordesilhas.
- (E) Utrecht e Madri.

**40**

Sobre a criação do Território Federal do Guaporé, em 1943, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deu-se por Decreto-lei, para demarcar áreas de fronteira consideradas estratégicas para a segurança nacional.
- (B) Ocorreu mediante consulta à população por plebiscito, com vistas à abertura de novas fronteiras de colonização.
- (C) Processou-se por meio da ação legislativa da Assembleia Estadual, favorecendo a ocupação dos sertões do "Brasil interior".
- (D) Deu-se por iniciativa de interventores do Estado Novo, como parte do programa de ocupação de regiões limítrofes despovoadas.
- (E) Ocorreu por determinação do Exército, preocupado com fluxos migratórios e contrabando na fronteira amazônica brasileira.

**Conhecimentos Específicos****41**

Deputado Estadual propõe projeto de lei criando dez funções de confiança na Assembleia Legislativa, a serem providas por livre nomeação e exoneração pelo presidente da casa legislativa, e serem preenchidas por servidores não concursados, com nível superior em Direito, para fins de assessoramento jurídico à Mesa Diretora.

No caso em tela, o projeto de lei deve ser

- (A) rejeitado, por inconstitucionalidade, eis que as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (B) rejeitado, por inconstitucionalidade, eis que os cargos em comissão são ocupados necessariamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (C) aprovado, desde que haja prévia anuência do presidente da Assembleia, para fins de convalidação do vício de iniciativa no processo legislativo.
- (D) aprovado, pois os cargos em comissão e funções de confiança podem recair sobre pessoas não concursadas, desde que os demais requisitos legais, como a escolaridade, sejam respeitados.
- (E) aprovado, desde que receba emenda consignando que, pelo menos, a metade das funções de confiança seja preenchida por servidores de carreira, nas condições e percentuais mínimos previstos na Constituição Estadual.

**42**

O procedimento licitatório na modalidade pregão surgiu para aperfeiçoar o regime de licitações, levando a uma maior competitividade e desburocratizando a licitação.

A Lei nº 10.520/02 estabelece que o pregão deve ser

- (A) conduzido por comissão de licitação, que é formada por servidores de carreira ocupantes de cargo efetivo, nomeados pela autoridade superior do órgão ou entidade licitante.
- (B) presidido pelo pregoeiro, que pode ser servidor de carreira ou ocupante de cargo em comissão não concursado, desde que seja designado expressamente para tal função.
- (C) definido em razão do valor do contrato, sem limite mínimo para contratação e com limite máximo de seiscentos e cinquenta mil reais.
- (D) destinado à aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- (E) destinado à alienação de bens pelo poder público àquele que ofertar o maior preço, seja ele igual ou superior ao valor da avaliação, visando à celebração de negócio jurídico mais vantajoso à Administração Pública.

**43**

Determinado gestor público, no exercício de suas funções, não obstante provocado pelo Ministério Público, deixou de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, em tese, o agente público

- (A) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade legal, mas está incurso em crime de responsabilidade.
- (B) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de dano ao erário, mas está sujeito à punição na esfera disciplinar.
- (C) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de repercussão criminal da conduta, mas está sujeito à multa administrativa.
- (D) cometeu ato de improbidade administrativa e está sujeito, dentre outras, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
- (E) cometeu ato de improbidade administrativa e está sujeito, dentre outras, à pena privativa de liberdade e pagamento de multa de até vinte salários mínimos.

**44**

Em matéria de controle da administração pública, a Assembleia Legislativa de Rondônia deve exercer o controle

- (A) judicial, com auxílio do Tribunal de Contas estadual, de fiscalização sobre os atos administrativos do Executivo, do Judiciário e do próprio do Legislativo.
- (B) legislativo sobre os atos normativos editados pelos Poderes Judiciário e Executivo, suspendendo os efeitos dos atos inconstitucionais.
- (C) externo, com auxílio do Tribunal de Contas estadual, sobre o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público estaduais no que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos.
- (D) administrativo e o interno, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas dos órgãos integrantes da estrutura do Poder Executivo estadual.
- (E) interno sobre verbas públicas dos demais poderes, mediante fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de todas as entidades da administração direta e indireta.

**45**

A Assembleia Legislativa, com vistas ao incremento e modernização em seu setor de tecnologia da informação, deseja alienar bem imóvel atualmente inservível que, no passado, abrigava arquivo morto da Casa Legislativa, a fim de obter recursos financeiros que serão utilizados de acordo com o interesse público.

No caso em tela, a alienação é possível, desde que haja autorização

- (A) do Presidente da Assembleia e do Governador do Estado, avaliação prévia e atenda ao preço de mercado.
- (B) do Presidente da Assembleia, atenda ao preço de mercado e seja feita mediante licitação na modalidade convite.
- (C) do Presidente da Assembleia, avaliação prévia e licitação, na modalidade tomada de preços.
- (D) legislativa, atenda ao preço de mercado e seja feita mediante licitação, na modalidade leilão.
- (E) legislativa, avaliação prévia e licitação, na modalidade concorrência.

**46**

O Estado de Rondônia, após regular procedimento licitatório, celebrou contrato de concessão com sociedade empresária para prestação do serviço público de distribuição de gás canalizado no âmbito estadual. Após minuciosos estudos técnicos, o Governador do Estado pretende promover a retomada do serviço, ainda durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público.

A extinção da concessão no caso em tela é, juridicamente,

- (A) viável, por meio de encampação, precedida de lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização ao concessionário.
- (B) viável, por meio da reversão, com indenização ulterior das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados.
- (C) viável, por meio da caducidade, com indenização prévia dos investimentos realizados pelo concessionário com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço.
- (D) inviável, pois o concessionário tem a seu favor as cláusulas exorbitantes que lhe asseguram a execução do serviço até o prazo final estabelecido no contrato de concessão.
- (E) inviável, pois a rescisão do contrato de concessão antes do término de seu prazo por iniciativa do poder concedente somente ocorre mediante ação judicial.

**47**

João, servidor público ocupante do cargo efetivo de Analista da Assembleia Legislativa de Rondônia, no exercício da função, praticou dois atos administrativos: no primeiro, elaborou um parecer com opinião na qualidade de órgão consultivo sobre assunto técnico de sua competência; no segundo, redigiu um memorando contendo comunicação interna entre agentes de um mesmo órgão, com solicitação de informações para melhor executar a atividade pública.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atos administrativos praticados por João são, respectivamente,

- (A) discricionário e requisitório.
- (B) enunciativo e ordinatório.
- (C) vinculado e precário.
- (D) executório e constitutivo.
- (E) normativo e declaratório.

**48**

Acerca do cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia em face da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Fazenda Pública será citada na pessoa de seu representante judicial, para o cumprimento de sentença.
- (B) A Fazenda Pública poderá ofertar impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 dias.
- (C) Caso não seja cumprida a obrigação no prazo de 15 dias da ciência do cumprimento da sentença, incidirá multa de 10% sobre o total do débito.
- (D) Não incidirão honorários de execução nos cumprimentos de sentença, em face da Fazenda Pública.
- (E) Tratando-se de impugnação parcial ao cumprimento de sentença, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

**49**

No dia 04/04/05, Everaldo, casado com Maria Helena pelo regime da separação de bens, colidiu com o veículo de sua esposa no trânsito. Ela dispendeu, segundo orçamento da oficina, R\$ 4.000,00 para o conserto de seu bem. Em 15/07/18, o casal se divorciou e Maria Helena pretende intentar ação judicial em face de Everaldo.

Sobre prescrição, neste caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Flui o prazo prescricional a partir do dia 15/07/18, pois durante o casamento estava suspenso.
- (B) A prescrição da pretensão ocorreu em 04/04/08.
- (C) A prescrição estava impedida de correr durante o casamento, pelo que o prazo passa a ser contado a partir de 15/07/18.
- (D) Por se tratar de uma dívida líquida, o prazo para sua cobrança se encerrou em 04/04/2010.
- (E) Maria Helena pode intentar ação judicial para a reparação dos danos até 15/07/2023.

**50**

Américo e Regina são proprietários de duas fazendas vizinhas. Américo pratica atividade agrícola e necessita adentrar o terreno de Regina para construção de um aqueduto (única forma de garantir irrigação), razão pela qual as partes concordaram em instituir direito real para este fim e o registraram no Cartório de Registro de Imóveis.

Sobre os direitos de Américo, assinale a resposta correta.

- (A) Trata-se de direito real de servidão, oponível, inclusive, a qualquer comprador do imóvel de Regina.
- (B) Na hipótese de venda de um dos imóveis, o acordo é extinto de pleno direito.
- (C) Cuida-se de direito real de uso, pelo que Regina faz jus à remuneração, em razão da utilização de seu terreno.
- (D) O fim da atividade agrícola de Américo, seja por que período for, não importa na extinção do direito acordado.
- (E) Sobrevindo o falecimento de Regina, o acordo se mantém até seus herdeiros concordarem com o direito.

**51**

Em 05/08/2018, Pedro tomou emprestado de João o valor de R\$ 50.000,00. A quantia deveria ser devolvida em 05/09/2018. Em 20/08/2018, Pedro vendeu seu carro para João por R\$ 45.000,00, quantia que deveria ser paga em 05/09/2018.

No dia do vencimento das obrigações, Pedro e João optaram pela extinção de suas dívidas atuais e assinaram novo contrato, em que Pedro se comprometia a entregar, no dia 05/12/2018, quatro pneus novos a João, no valor total de R\$ 5.000,00.

Sobre o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quanto ao valor de R\$ 45.000,00, houve extinção da obrigação por confusão.
- (B) João não poderá se beneficiar da compensação do débito, pois não constituiu seu devedor em mora.
- (C) A obrigação constituída em 05/09/2018 configura hipótese de sub-rogação.
- (D) O saldo devedor de R\$ 5.000,00, convertido em quatro pneus, foi extinto por novação.
- (E) O encontro de contas ocorrido em 05/09/2018, configura consignação e, a extinção do saldo, dáção em pagamento.

**52**

Acerca das *provas* no processo civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ônus da prova incumbe ao réu quanto aos fatos constitutivos do direito.
- (B) Não dependem de prova os fatos notórios, mas precisam ser provados os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- (C) Não cabe a prova de direito, mas apenas das alegações fáticas.
- (D) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- (E) Diante das peculiaridades da causa, é possível ao juiz na sentença distribuir o ônus da prova da maneira que entender mais justa.

**53**

Marcos, 46 anos, usuário de entorpecentes que lesionaram irreversivelmente seu sistema cognitivo, contraiu diversas dívidas e vive em situação de mendicância. Sua mãe e sua ex-mulher, mãe de sua filha de 15 anos, procuram assistência jurídica para gerir a situação.

Nesse caso, Marcos

- (A) deverá ser interditado em razão da condição de toxicômano por absoluta incapacidade.
- (B) será considerado relativamente incapaz por vício em tóxicos e deverá ser assistido na prática de determinados atos.
- (C) não apresentava vontade hígida para a contração de dívidas, pelo que, todas são tidas como inexistentes.
- (D) deverá ser observado por um período de seis meses, sob assistência, para que seja declarado absolutamente incapaz.
- (E) perderá automaticamente, caso seja considerado incapaz, o poder familiar em relação à sua filha.

**54**

Sobre o *mandado de segurança*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cabe liminar para a compensação de crédito tributário.
- (B) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.
- (C) Não cabe a interposição de agravo de instrumento em face da decisão que denega a liminar, por expressa previsão legal.
- (D) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- (E) Não cabe mandado de segurança em face de ato sujeito a recurso na esfera administrativa.

**55**

Após ampla apuração, constatou-se que João, Ministro de Estado, praticou crimes de responsabilidade.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que João será processado e julgado pelo

- (A) Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Congresso Nacional.
- (E) Senado Federal.

**56**

De acordo com o Art. 5º, inciso XLII, da Constituição da República, *“a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.”*

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, é correto afirmar que a interpretação do referido preceito resulta na obtenção de uma norma de eficácia

- (A) limitada e de princípio programático.
- (B) diferida e aplicabilidade imediata.
- (C) contida e aplicabilidade direta.
- (D) plena e aplicabilidade imediata.
- (E) limitada e de princípio institutivo.

**57**

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizou uma auditoria financeira, orçamentária e patrimonial nas atividades desempenhadas pela Secretaria de Estado Alfa e constatou que alguns procedimentos administrativos estariam sendo conduzidos à margem da lei.

Com isso, o TCE decidiu assinar prazo para que fossem adotadas as providências necessárias ao cumprimento da lei. Como essas providências não foram adotadas, ele sustou a prática de diversos atos potencialmente lesivos ao erário. Por fim, em procedimento próprio, aplicou, aos responsáveis, multa proporcional ao dano causado.

À luz da sistemática constitucional, em especial do princípio da simetria, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas a aplicação de multa não está inserida entre as competências do Tribunal de Contas.
- (B) Apenas a realização de auditoria não está inserida na esfera de competência do Tribunal de Contas.
- (C) Todas as medidas adotadas pelo Tribunal de Contas estão inseridas em sua esfera de competências.
- (D) Apenas a sustação do ato potencialmente lesivo ao erário não está inserido entre as competências do Tribunal de Contas.
- (E) Apenas o assinar prazo para a correção de ilegalidade não está inserido entre as competências do Tribunal de Contas.

**58**

O Estado Alfa aprovou a Lei nº 123, dispondo sobre *“organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis”*, temática até então ainda não disciplinada em lei da União.

Pouco tempo depois, a União, no exercício de sua competência legislativa, editou a Lei nº 456, de caráter nacional, que dispunha em sentido diametralmente oposto aos artigos 10 a 20 da Lei nº 123.

Considerando a narrativa acima, é correto afirmar que os artigos 10 a 20

- (A) foram revogados.
- (B) tiveram a sua eficácia suspensa.
- (C) permaneceram em pleno vigor, independente de qualquer previsão específica na Lei nº 456.
- (D) permaneceram em vigor, desde que tal tenha sido expressamente previsto na Lei nº 456.
- (E) coexistirão com as normas editadas pela União, cabendo ao intérprete identificar a mais adequada ao caso concreto.

**59**

O Presidente da República encaminhou projeto de lei complementar de sua iniciativa privativa ao Senado Federal, o qual foi aprovado pela maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa, sendo, ato contínuo, remetido à Câmara dos Deputados.

A Casa Revisora, também por maioria absoluta, aprovou emendas de redação, mas sem comprometer a essência do projeto recebido. O projeto, por fim, foi encaminhado ao Presidente da República, que sancionou e promulgou a Lei nº 123.

Sobre a narrativa acima, com base na sistemática constitucional afeta ao processo legislativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) Apresenta irregularidade em relação à Casa Iniciadora.
- (C) Apresenta irregularidade em relação ao quórum de aprovação.
- (D) Apresenta irregularidade em relação à sanção e à promulgação.
- (E) Apresenta irregularidade em relação ao não retorno do projeto à Casa Iniciadora.

**60**

O Prefeito do Município Alfa pretende nomear um conhecido para exercer função de confiança na Administração Pública municipal.

Sobre a nomeação, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser feita quer o conhecido ocupe, quer não, cargo na administração municipal.
- (B) Somente pode ser feita, caso não haja aprovado em concurso público apto a desempenhá-la.
- (C) Somente pode ser feita, caso o conhecido ocupe cargo em comissão na administração municipal.
- (D) Somente pode ser feita caso o conhecido seja previamente aprovado em concurso público para esse fim.
- (E) Somente pode ser feita caso o conhecido ocupe cargo de provimento efetivo na administração municipal.

**61**

A Câmara dos Deputados instalou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de apurar as causas do crescimento do tráfico internacional de pessoas a partir do território nacional.

Em sua primeira reunião, a CPI deliberou, de modo fundamentado,

- I. pela quebra do sigilo bancário de João e Maria.
- II. pela interceptação telefônica das conversas de Pedro e Antônio.
- III. colher o depoimento de servidores públicos vinculados ao Poder Executivo para prestarem esclarecimentos sobre os fatos.
- IV. pela busca e apreensão dos computadores existentes na residência de Pedro e Antônio.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação ao deliberado pela CPI, que estão corretas as medidas

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) I e III, somente.

**62**

Preocupados com as notícias recorrentes de superlotação carcerária e, por outro lado, com as notícias de aumento da criminalidade, deputados estaduais se reúnem para avaliar o funcionamento das unidades penitenciárias estaduais.

Para orientar o debate sobre direitos e deveres dos presos, solicitam da assessoria um relatório sobre as previsões da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal).

No momento de elaborar o relatório, o assessor deverá esclarecer que:

- (A) a remição de pena pelo estudo no regime fechado e semiaberto é admitida, mas não funcionará como remição a frequência a curso de ensino no regime aberto ou quando o apenado se encontra cumprindo livramento condicional.
- (B) o reconhecimento de falta grave depende de procedimento administrativo disciplinar, mas, por ser administrativo, não exige acompanhamento da defesa técnica do apenado.
- (C) os presos têm direito subjetivo ao trabalho dentro do estabelecimento prisional, mas, caso cometam falta grave, haverá perda total dos dias remidos pelo trabalho.
- (D) a prática de falta grave gera o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena, o que impede a concessão do benefício para diversos condenados.
- (E) não existe distinção em relação ao requisito objetivo (cumprimento de 1/6 da pena) para a progressão de regime fechado para o semiaberto dos condenados primários ou reincidentes no caso de crimes que não sejam de natureza hedionda.

**63**

A Constituição do Estado X previu foro por prerrogativa de função para os crimes comuns praticados por vereadores no exercício da função, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado realizar o julgamento. Um vereador do Estado X praticou no Estado Y, crime de instigação ao suicídio por motivação relacionada ao exercício do mandato.

Com base nas informações expostas, assinale a opção que indica o órgão competente para julgar o vereador.

- (A) Tribunal do Júri do Estado X.
- (B) Tribunal do Júri do Estado Y.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado X.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado Y.
- (E) Vara Comum do Estado Y.

64

O Código de Processo Penal traz a disciplina de uma pluralidade de procedimentos, destacando-se o comum ordinário, o procedimento previsto para julgamento no Tribunal do Júri dos crimes dolosos contra a vida e aquele aplicável aos “crimes de responsabilidade dos funcionários públicos”.

Sobre o tema, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O interrogatório é o primeiro ato a ser realizado durante a audiência de instrução e julgamento no procedimento previsto para os crimes contra a Administração praticados por funcionário público.
- (B) O juiz, ainda que se convença da inexistência do crime, não poderá rejeitar a denúncia e nem absolver sumariamente o réu, após apresentação de defesa pelo réu, no procedimento previsto para os crimes praticados por funcionário público contra a Administração.
- (C) A inimputabilidade do agente em razão de doença mental não é causa de absolvição sumária no procedimento comum ordinário.
- (D) As testemunhas, no procedimento comum ordinário, deverão ser arroladas pela defesa em resposta à acusação, sendo computadas no limite de 08 as que não prestam compromisso legal de dizer a verdade, mas não as referidas.
- (E) A decisão de impronúncia, no procedimento do júri, impede o oferecimento de nova denúncia imputando idênticos fatos ao mesmo réu, ainda que surjam novas provas e que não tenha ocorrido extinção da punibilidade.

65

Deputados estaduais estão reunidos para analisar a penalização do crime de estupro, chegando ao consenso de que é inadequada a ausência de previsão no Código Penal sobre causa formal de aumento de pena para quando o delito é praticado com emprego de arma branca ou de fogo.

Admitindo a possibilidade de realizar uma campanha para a alteração legislativa do tema, os deputados solicitaram dos seus assessores que avaliassem as consequências dessa alteração para os que estão condenados por atos praticados nessas circunstâncias, para os que respondem à ação penal e para os que teriam praticado fatos com essas peculiaridades, mas sequer foram denunciados.

Deverá ser esclarecido pelo assessor que eventual aumento de pena, em razão do emprego de arma no crime de estupro,

- (A) poderá ser imposto aos que já praticaram fatos e não foram denunciados, aos que respondem ação penal e aos condenados, exceto os que já tiverem a pena extinta, já que é prejudicial.
- (B) poderá ser imposto aos que já praticaram fatos e não foram denunciados e aos que respondem ação penal, mas não aos condenados definitivamente, tendo ou não cumprido a pena, já que prejudicial.
- (C) poderá ser imposto aos que já praticaram fatos e não foram denunciados, mas não aos que respondem ação penal e aos condenados, tendo ou não cumprido a pena, já que é prejudicial.
- (D) não poderá ser imposto aos que já praticaram fatos e não foram denunciados, aos que respondem ações penais e nem aos condenados definitivamente, mas tão só àqueles que praticarem a conduta após votação da lei, sendo irrelevante se a inovação é favorável ou desfavorável.
- (E) não poderá ser imposto aos que praticaram fatos e não foram denunciados, aos que respondem ações penais e nem aos condenados definitivamente, mas só àqueles que praticarem a conduta após a entrada em vigor da lei, já que prejudicial.

66

Funcionário da Assembleia Legislativa recebeu procedimento que versava sobre a edição de lei estadual de grande relevância. Ciente da controvérsia e da grande pressão que existia contrária à edição da inovação legislativa, resolveu esconder o procedimento entre sua mesa e a parede, no chão, para que ninguém soubesse que estava com o documento para apresentação de parecer. Ocorre que o funcionário, por descuido, veio a derrubar café no documento, tornando-o totalmente inutilizável e gerando prejuízos ao andamento do procedimento.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que a conduta do funcionário é

- (A) atípica, não configurando crime.
- (B) típica, ilícita e culpável, configurando crime de “*extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento*”, previsto no Art. 314 do Código Penal.
- (C) típica, ilícita, mas não culpável, não configurando crime.
- (D) típica, ilícita e culpável, configurando o crime de “*subtração ou inutilização de livro ou documento*”, prevista no Art. 337 do Código Penal.
- (E) típica, mas não ilícita, não configurando crime.

**67**

Funcionário público de 30 anos é denunciado pela suposta prática do crime de falsidade ideológica de documento particular (Art. 299 do CP. Pena: 1 a 3 anos de reclusão e multa) por fatos que teriam ocorrido em 02 de janeiro de 2011.

A denúncia foi recebida em 03 de março de 2015, e, após regular instrução, foi o agente condenado em sentença publicada em 03 de março de 2018, sendo aplicada pena mínima de 01 ano de reclusão e 10 dias-multa. O Ministério Público não apresentou recurso, enquanto a defesa buscou, em recurso, a absolvição.

Considerando as informações narradas, no dia 20 de setembro de 2018, data marcada para sessão de julgamento do recurso, em caso de não ser dado provimento, o advogado

- (A) poderá buscar o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto entre a data do fato e data do recebimento da denúncia, não afastando, porém, a condenação para efeitos de eventual reincidência futura.
- (B) poderá buscar o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto entre o recebimento da denúncia e publicação da sentença, não gerando tal reconhecimento efeitos para fins de eventual reincidência futura.
- (C) poderá buscar o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto entre a data do fato e recebimento da denúncia, não gerando tal reconhecimento efeitos para eventual reincidência futura.
- (D) não poderá buscar o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e nem a prescrição da pretensão executória.
- (E) não poderá buscar o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, mas poderá buscar a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória, gerando a condenação efeitos para eventual reincidência futura.

**68**

Márcio Pereira, que desenvolve suas atividades profissionais integralmente via Internet, não possui domicílio fixo, viajando frequentemente para diversas cidades do país, embora passe a maior parte do ano em Porto Velho (RO), onde possui parentes.

Em relação a seu domicílio tributário, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Márcio Pereira pode eleger livremente um domicílio tributário.
- ( ) Na ausência de eleição de domicílio tributário por Márcio Pereira, considera-se como tal Porto Velho (RO).
- ( ) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - V.
- (B) F - V - V.
- (C) F - F - V.
- (D) V - F - V.
- (E) V - V - F.

**69**

Em um certo Estado ABC em que o ITCMD é lançado por homologação, um fato gerador deste tributo ocorreu em 02/10/2006, sem que tenha sido entregue qualquer declaração do contribuinte ao Fisco.

Em 05/05/2012, tomando conhecimento do fato gerador, a Administração Tributária Estadual constituiu o crédito tributário por meio de lançamento de ofício, notificando o contribuinte para pagamento em 30 dias. Este, então, reconhece e confessa a dívida ao aderir a um programa estadual de parcelamento de débitos tributários.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A confissão de dívida por ocasião de parcelamento efetuou uma novação do crédito tributário.
- (B) A constituição definitiva do crédito somente ocorreu mediante a confissão de dívida voluntariamente feita pelo contribuinte.
- (C) O crédito tributário se encontra prescrito, mas a dívida voluntariamente paga pelo contribuinte não pode ser restituída.
- (D) O crédito tributário está extinto pela decadência.
- (E) A Administração Tributária Estadual teria, até junho de 2017, para ajuizar a competente ação para cobrança do crédito tributário.

**70**

O Estado ABC adquiriu, onerosamente, de uma pessoa natural um imóvel sobre o qual pendiam dívidas de IPTU e de taxa de coleta domiciliar de lixo, referentes aos dois últimos anos anteriores à aquisição. O Município, então, resolve cobrar do Estado tais dívidas anteriores à sua aquisição.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambas as cobranças contra o Estado ABC são indevidas, pois o Estado-membro, que sucedeu a pessoa natural como proprietário, goza de imunidade tributária.
- (B) A referida cobrança de IPTU contra o Estado ABC é indevida, por violar a imunidade tributária em favor do Estado ABC, mas a referida cobrança de taxa de coleta domiciliar de lixo é devida, por se tratar de preço público não abrangido pela imunidade tributária.
- (C) A referida cobrança de IPTU contra o Estado ABC é indevida, por violar a imunidade tributária em favor do Estado ABC, mas a referida cobrança de taxa de coleta domiciliar de lixo é devida, por não serem as taxas abrangidas pela imunidade tributária.
- (D) A referida cobrança de IPTU contra o Estado ABC é devida, por se tratar de uma obrigação *propter rem*, mas a referida cobrança de taxa de coleta domiciliar de lixo é indevida, por se tratar de serviço específico e divisível fruído pelo anterior proprietário.
- (E) Ambas as cobranças são devidas, pois o período a que se refere a cobrança é anterior à aquisição pelo Estado ABC.

**71**

Um parlamentar federal, desejando ampliar a possibilidade de cobrança de ICMS em favor dos Estados, propôs projeto de lei ordinária que incluía novos sujeitos passivos para cobrança de ICMS.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O projeto de lei viola a autonomia dos Estados na determinação dos sujeitos passivos.
- (B) Tal matéria somente poderia ser veiculada por lei complementar.
- (C) A ampliação de sujeitos passivos do ICMS somente pode ser veiculada por Resolução do Senado.
- (D) Por se tratar de matéria atinente a todos os Estados, o referido projeto de lei somente admite iniciativa do Presidente da República.
- (E) A iniciativa de projeto de lei sobre ampliação de sujeitos passivos do ICMS necessita da iniciativa de ao menos um terço de Senadores.

**72**

Leia o fragmento a seguir.

*Os empreendimentos potencialmente causadores de danos ambientais serão licenciados \_\_\_\_\_, competência que não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de \_\_\_\_\_, sendo certo que o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, \_\_\_\_\_.*

Assinale a opção cujos termos completam, corretamente, as lacunas do fragmento acima.

- (A) por um único ente federativo – fiscalização - não implica emissão tácita da licença
- (B) pelo Estado e Município onde localizado o dano – fiscalização – autoriza o início das atividades
- (C) pela União e Estado onde localizado o dano – exigir o estudo prévio de impacto – implica emissão tácita da licença
- (D) pela União, Estado e Município onde localizado o dano - exigir o estudo prévio de impacto - autoriza o início das atividades
- (E) pela União e Município onde localizado o dano – condicionar a supressão de vegetação - não implica emissão tácita da licença

**73**

As opções a seguir apresentam institutos jurídicos de política urbana, na forma da Lei nº 10.257/01, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Concessão de direito real de uso.
- (B) Inversão da posse.
- (C) Direito de superfície.
- (D) Operações urbanas consorciadas.
- (E) Legitimação de posse.

**74**

Januário é autuado pela autoridade competente por destruir floresta considerada de preservação permanente.

Com relação às circunstâncias que podem agravar a aplicação da pena de Januário, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ação foi praticada com a intenção de obter vantagem pecuniária.
- II. A ação foi facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.
- III. A ação foi praticada por agente com alto grau de instrução ou escolaridade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

**75**

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre planos de saúde, assinale a afirmativa correta.

- (A) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.
- (B) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.
- (C) A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para as situações de emergência ou de urgência não é considerada abusiva se estipular prazo de 48 horas, contado da data da contratação.
- (D) A cláusula contratual de plano de saúde, que limita no tempo a internação hospitalar do segurado, é válida.
- (E) A cláusula contratual de plano de saúde que limita o número de sessões de quimioterapia é válida, mas é abusiva a que limita o número de sessões de radioterapia.



**76**

Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre os bancos de dados e cadastros de consumidores, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a dez anos.
- (B) A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo não precisa ser comunicada por escrito ao consumidor quando for solicitada pelo fornecedor.
- (C) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- (D) Os Sistemas de Proteção ao Crédito poderão fornecer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito, desde que assegurada ao consumidor a prerrogativa de exigir sua imediata correção, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros.
- (E) Os órgãos públicos de defesa do consumidor deverão manter cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e anualmente, sem a necessidade de indicar se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

**77**

As alternativas a seguir apresentam instrumentos do poder público para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- (B) Instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.
- (C) Criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.
- (D) Criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.
- (E) Proibição da criação e desenvolvimento de Associações de Defesa do Consumidor.

**78**

Mauro foi eleito e diplomado deputado estadual.

No dia da diplomação, o Partido Político Alfa, cujos candidatos a deputado estadual não foram eleitos, descobriu que Mauro tinha apenas 19 anos de idade, o que não fora suscitado por ninguém, em nenhum momento do processo eleitoral.

O Partido Político Alfa solicitou que seu advogado se pronunciasse sobre a medida a ser adotada e se ela teria, como efeito imediato, a extinção do mandato eletivo atribuído a Mauro.

Assinale a opção que apresenta a resposta do advogado.

- (A) Poderia ser manejado o recurso contra a expedição de diploma.
- (B) Poderia ser ajuizada a ação de impugnação de mandato eletivo.
- (C) Poderia ser ajuizada ação de impugnação de registro.
- (D) Poderia ser instaurada investigação judicial eleitoral.
- (E) Não poderia ser adotada nenhuma medida.

**79**

Os dirigentes do Partido Político Beta se reuniram para traçar as estratégias de campanha eleitoral para as eleições majoritárias do Estado.

Considerando os recursos disponíveis, decidiram que seriam incluídos, como gastos eleitorais, sujeitos, portanto, aos limites fixados em lei,

- I. as despesas com alimentação e hospedagem do próprio candidato.
- II. a confecção, aquisição e distribuição de camisetas.
- III. o pagamento de cachê a artistas, em eventos relacionados à campanha eleitoral.
- IV. a realização de pesquisas pré-eleitorais.

Logo depois, consultaram um advogado sobre a correção desses procedimentos.

O advogado respondeu corretamente que somente poderiam ser incluídos como gastos eleitorais os procedimentos referidos em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) IV.

**80**

Marcos é candidato a vereador no Município Alfa.

Ao fim de um comício, Pedro, na presença de Marcos, ofereceu cestas básicas aos eleitores João e Maria, os quais prontamente aceitaram a oferta e anuíram com o pedido de voto em Marcos, o qual permaneceu presente e em silêncio durante todo o tempo.

Em razão do ocorrido, o Partido Político JHT, que tinha candidatos registrados para concorrer ao cargo de vereador, ajuizou representação, por captação ilícita de votos, em face de Pedro, Marcos, João e Maria.

Em momento posterior, ocorreu a eleição e Marcos foi eleito.

À luz da narrativa acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente Marcos teria legitimidade para figurar no polo passivo, devendo o processo ser extinto caso não seja julgado até a eleição.
- (B) Somente Marcos teria legitimidade para figurar no polo passivo, devendo o processo ser julgado mesmo após a eleição.
- (C) O polo passivo foi regularmente formado, devendo o processo ser extinto caso não seja julgado até a eleição.
- (D) O polo passivo foi regularmente formado, devendo o processo ser julgado mesmo após a eleição.
- (E) Somente Pedro e Marcos deveriam figurar no polo passivo, devendo o processo ser julgado mesmo após a eleição.

## Questão Discursiva

**1**

Determinado Estado da Federação, observadas as cautelas legais, delegou a uma sociedade empresária particular a prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, por meio de contrato de concessão.

Acerca do regime jurídico a ser adotado para a presente hipótese, responda aos itens a seguir.

- a) **Há necessidade de prévia licitação para celebração do contrato de concessão em tela? Caso positivo, indique a(s) modalidade(s) de licitação cabível (eis).**
- b) **Cite e explique um princípio específico do serviço público, de acordo com a legislação e a doutrina.**
- c) **Caso o Governador do Estado, no curso do contrato, queira extingui-lo, haverá necessidade de participação da Assembleia Legislativa, mediante lei autorizativa específica, para viabilizar a extinção contratual? Caso positivo, cite e explique essa forma de extinção.**
- d) **O inadimplemento do usuário do serviço público pode, em regra, ocasionar a interrupção do serviço pelo concessionário? Justifique.**
- e) **Caso o poder concedente (Administração Pública) descumpra as normas contratuais, em regra, é possível a aplicação imediata da exceção do contrato não cumprido pelo concessionário? Justifique.**



Realização

